

*AGEAS PORTUGAL HOLDINGS, S.G.P.S, S.A.*

## **Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2016**

*fevereiro de 2016*  
*Este relatório contém 21 páginas*

## CONTEUDO

	<u>Pág.</u>
<b>I</b>	<b>Demonstrações financeiras</b>
	Balanço 3
	Demonstração dos resultados 4
	Demonstração do rendimento integral 4
	Demonstração das alterações no capital próprio 5
	Demonstração dos fluxos de caixa 5
<b>II</b>	<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>
<b>II.1</b>	<b>Políticas contabilísticas</b> 6
<b>II.2</b>	<b>Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas</b> 9
<b>II.3</b>	<b>Notas à demonstração dos resultados</b>
Nota 1	Fornecimentos e serviços externos 9
Nota 2	Gastos com o pessoal 10
Nota 3	Outros gastos e perdas 10
<b>II.4</b>	<b>Notas ao balanço</b>
Nota 4	Participações financeiras 10
Nota 5	Outras contas a receber 11
Nota 6	Caixa e depósitos bancários 11
Nota 7	Capital, reservas e resultados transitados 11
Nota 8	Estado e outros entes públicos 12
Nota 9	Outras contas a pagar 12
<b>II.5</b>	<b>Outras Notas</b>
Nota 10	Transações com partes relacionadas 12
Nota 11	Justo Valor 12
Nota 12	Gestão de riscos 13
Nota 13	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas 16

# I Demonstrações financeiras

## Balanço

Ativo	Notas	Eur	
		2016	2015
<b>Ativo não corrente</b>			
Participações financeiras	4	844 921 640	-
Outros activos financeiros		-	-
		<b>844 921 640</b>	<b>-</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Acionistas/sócios	10	96 648	-
Outras contas a receber	5	13 719 000	-
Estado e outros entes públicos		-	-
Caixa e depósitos bancários	6	25 525 688	50 000
		<b>39 341 336</b>	<b>50 000</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>884 262 976</b>	<b>50 000</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado		1 570 000	50 000
Prémios de emissão		882 652 709	-
Reservas legais		-	-
Resultados transitados		-	-
Ajustamentos em activos financeiros		-	-
Outras variações no capital próprio		-	-
Resultado líquido do exercício		960	-
<b>Total do capital próprio</b>	7	<b>884 223 669</b>	<b>50 000</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Passivos por impostos diferidos		-	-
		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		-	-
Estado e outros entes públicos	8	20 856	-
Acionistas/sócios	10	1	-
Financiamentos obtidos		-	-
Outras contas a pagar	9	18 450	-
<b>Total do passivo</b>		<b>39 307</b>	<b>-</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>884 262 976</b>	<b>50 000</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Demonstração dos resultados

Rendimentos e Gastos	Notas	Eur	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	10	78 596	-
Fornecimentos e serviços externos	1	(35 675)	-
Gastos com o pessoal	2	(9 705)	-
Outros rendimentos e ganhos		-	-
Outros gastos e perdas	3	(31 966)	-
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1 250</b>	<b>-</b>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1 250</b>	<b>-</b>
Juros e gastos similares obtidos		-	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1 250</b>	<b>-</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	8	(290)	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>960</b>	<b>-</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Demonstração do rendimento integral

	Eur	
	2016	2015
<i>Itens que poderão ser reclassificados para resultados</i>		
Reserva de reavaliação, bruto	-	-
Impostos diferido	-	-
Total outro rendimento integral	-	-
Resultado líquido do exercício	960	-
<b>Total do rendimento integral</b>	<b>960</b>	<b>-</b>

## Demonstração das alterações no capital próprio

							Eur
	Capital	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	50 000	-	-	-	-	-	50 000
Aumento de capital	1 520 000	-	-	-	-	-	1 520 000
Prêmios de emissão	-	-	882 652 709	-	-	-	882 652 709
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	960	960
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	1 570 000	-	882 652 709	-	-	960	884 223 669

## Demonstração dos fluxos de caixa

			Eur
	2016	2015	
<b><i>Fluxos de caixa de atividades operacionais</i></b>			
Resultado líquido do exercício	960	-	
<i>Ajustamentos por:</i>			
Variação nos impostos ativos / passivos	20 856		
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>			
Devedores diversos	-		
Credores diversos	(78 197)		
Financiamentos obtidos	-		
	<b>(56 381)</b>	<b>-</b>	
<b><i>Fluxos de caixa de atividades de investimento</i></b>			
Variações nos ativos e passivos de investimento	(13 719 000)		
Variações nas participações financeiras	(244 848 931)		
	<b>(258 567 931)</b>	<b>-</b>	
<b><i>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</i></b>			
Dividendos pagos	-		
Aumentos de capital	284 100 000	50 000	
	<b>284 100 000</b>	<b>50 000</b>	
<b>Variação líquida em caixa e equivalentes</b>	<b>25 475 688</b>	<b>50 000</b>	
Caixa e equivalentes no início do período	50 000	-	
<b>Caixa e equivalentes no final do período</b>	<b>25 525 688</b>	<b>50 000</b>	

## II Notas explicativas às demonstrações financeiras

### II.1 Políticas contabilísticas

#### a) Bases de apresentação

A AGEAS PORTUGAL HOLDINGS, S.G.P.S., S.A., ('AGEAS PORTUGAL HOLDINGS' ou 'Sociedade'), com sede social na Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10, 2744-002 Porto Salvo, é uma sociedade privada, constituída em Portugal por escritura em 12 de Outubro de 2015, sendo detida integralmente pelo Grupo Ageas, através da sociedade Ageas Insurance International, N.V., sociedade constituída e existindo ao abrigo das leis dos Países Baixos, com sede em Archimedeslaan 6, 5835BA Utrecht, com o capital social de € 174.960.408,00 (cento e setenta e quatro milhões, novecentos e sessenta mil, quatrocentos e oito euros).

A Sociedade tem por objeto a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. A sociedade pode ainda participar em agrupamentos complementares de empresas e em agrupamentos europeus de interesse económico.

As demonstrações financeiras da AGEAS PORTUGAL HOLDINGS agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com os IFRS adotados pela União Europeia até 31 de dezembro de 2016.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da AGEAS PORTUGAL HOLDINGS agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com os IFRS adotados pela União Europeia até 31 de dezembro de 2016.

Em 2016 a AGEAS PORTUGAL HOLDINGS adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2016, conforme referido na nota 13. As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, com as alterações resultantes desta adoção.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 24 de fevereiro de 2017.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euro. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados.

Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.

#### b) Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a AGEAS PORTUGAL HOLDINGS exerce controlo, que normalmente é presumido quando a AGEAS PORTUGAL HOLDINGS detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a AGEAS PORTUGAL HOLDINGS detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As subsidiárias são mensuradas ao custo de aquisição, sujeitas a teste de imparidade.

c) *Ativos financeiros*

*Classificação*

A AGEAS PORTUGAL HOLDINGS classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, na categoria de

- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações correntes.

*Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que a AGEAS PORTUGAL HOLDINGS se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da AGEAS PORTUGAL HOLDINGS de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a AGEAS PORTUGAL HOLDINGS tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a AGEAS PORTUGAL HOLDINGS tenha transferido o controlo sobre estes activos.

*Mensuração subsequente*

Os Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

d) *Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem*

e) *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) *Passivos financeiros*

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem fornecedores, empréstimos e outras contas a pagar. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

A Sociedade procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

g) *Operações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euro à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação.

h) *Impostos sobre lucros*

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso

em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

*i) Provisões*

São reconhecidas provisões quando (1) a AGEAS PORTUGAL HOLDINGS tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

*j) Reconhecimento de rendimentos de serviços*

Os rendimentos de serviços são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

*k) Reconhecimento de juros*

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

*l) Dividendos*

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos ou pagos.



## II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela AGEAS PORTUGAL HOLDINGS são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela AGEAS PORTUGAL HOLDINGS é apresentada na anterior Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela AGEAS PORTUGAL HOLDINGS poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

### *Valorização de investimentos em subsidiárias*

A AGEAS PORTUGAL HOLDINGS efetua o cálculo do valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, tendo por base a estimativa do valor atual dos *cashflows* esperados associados a cada ativo.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num valor recuperável diferente com o consequente impacto nos resultados da AGEAS PORTUGAL HOLDINGS.

### *Impostos sobre os lucros*

A AGEAS PORTUGAL HOLDINGS encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela AGEAS PORTUGAL HOLDINGS, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração AGEAS PORTUGAL HOLDINGS, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

## II.3 Notas à demonstração dos resultados

### *Nota 1 – Fornecimentos e serviços externos*

Os fornecimentos e serviços externos totalizam o montante de Euro 35.675, sendo no essencial relativo a trabalhos especializados. Esta rubrica inclui o montante de Euro 6.150 relativo a honorários incluindo IVA, faturados pela KPMG & Associados - SROC, S.A., por serviços de auditoria (2015: Euro 6.150), e Euro 24.600 por honorários faturados pela sociedade de revisores oficiais de contas PKF, relativos serviços de prestados com, i) avaliação independente das ações objeto de compra potestativa e ainda não controlada pelo grupo na sociedade Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S.A. e ii) serviços com a avaliação das participações nas sociedades Ocidental – Companhia de Seguros, S.A., Médis, Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. e Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. que foram objeto de aquisição em dezembro de 2016.

## Nota 2 – Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal respeitam a remunerações pagas ao Conselho Fiscal.

## Nota 3 – Outros gastos e perdas

Esta rubrica respeita no essencial a juros negativos debitados pelo banco ABN Ambro, relativos à conta de depósitos à ordem nesta entidade.

# II.4 Notas ao balanço

## Nota 4 – Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016, as empresas subsidiárias da AGEAS PORTUGAL HOLDINGS, eram as seguintes:

Subsidiárias	Sede	Atividade Económica	Capital (Euro)	% do Grupo 2016
Ageas Portugal, Companhia de Seguros, S.A	Porto	Seguros	36 870 805	100
Ageas Portugal, Companhia de Seguros de Vida, S.A	Lisboa	Seguros Vida	10 000 000	100
Ageas - Centro de Serviço a Clientes, A.C.E	Lisboa	ACE	-	100
Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	Oeiras	Seguros	12 000 000	99,99
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	Oeiras	Seguros	12 500 000	99,99
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, SGPS, S.A	Oeiras	Gestão de participações sociais	775 002 375	51
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	Oeiras	Seguros	22 375 000	51
Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Oeiras	Seguros	1 200 000	51

O valor das participações financeiras da AGEAS PORTUGAL HOLDINGS nas suas subsidiárias são analisadas como segue:

	Euro
Subsidiárias	2016
Ageas Portugal, Companhia de Seguros, S.A	112 536 400
Ageas Portugal, Companhia de Seguros de Vida, S.A	132 212 531
Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	81 464 142
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	77 754 208
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, SGPS, S.A	440 954 359

No decurso do segundo semestre de 2015, foi anunciada pelo Grupo AXA a intenção de venda das operações de seguros detidas e localizadas em Portugal, incluindo a totalidade da participação na seguradora do ramo Não Vida AXA Portugal – Companhia de Seguros, S.A e na seguradora do ramo Vida AXA Portugal – Companhia de Seguros de Vida, S.A., e ainda da estrutura local que comercializava seguro directo, a AXA Global Direct Seguros y Reaseguros S.A.U. – Sucursal em Portugal (‘Direct’). De realçar que a afetação do património desta sucursal passou por uma prévia integração na seguradora do ramo Não Vida, através da transmissão da carteira e da transferência de estabelecimento, incluindo todos os bens e direitos que impendiam sobre a sucursal.

Com data de 1 de abril de 2016, a AGEAS PORTUGAL HOLDINGS, adquiriu as participações nas empresas atrás indicadas, cuja transação esteve sujeita aos condicionalismos legalmente aplicáveis, que obrigaram à informação e consulta de representantes de trabalhadores e à aprovação das entidades regulatórias, tendo sido o processo concluído ainda no primeiro trimestre de 2016.

Fruto desta aquisição estas entidades sofreram algumas alterações estatutárias na pendência do ano de 2016.

Assinala-se a evidente alteração de denominação passando a denominação da AXA Portugal – Companhia de Seguros, S.A. para Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S.A. (‘Ageas Seguros’) e da AXA Portugal – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para Ageas Portugal – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (‘Ageas Vida’).

A 1 de Abril de 2016 a Ageas Vida passou a ser integralmente detida pela AGEAS PORTUGAL HOLDINGS. Quanto à Ageas Seguros esta posição como única accionista só foi alcançada em Agosto de 2016, porquanto nos meses de Julho e Agosto foi levado a cabo um processo de aquisição potestativa das participações minoritárias remanescentes no capital social da Companhia, e apenas findo o mesmo a AGEAS PORTUGAL HOLDINGS veio consolidar a posição de accionista único da Ageas Seguros.

Adicionalmente, o Grupo Ageas, através da sua participada, Ageas Insurance International procedeu também ainda no ano de 2016 à concentração de todas as suas participadas no mercado Português, na AGEAS PORTUGAL HOLDINGS sociedade que detém a 100%.

Neste âmbito, em 23 de Dezembro de 2016, através de um aumento de capital em espécie, com um valor total de Euro 600.172.709 conforme descrito na nota 7, a AGEAS PORTUGAL HOLDINGS adquiriu as participações na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. e Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.. Uma vez que se tratou de uma transacção “under common control”, estas participações foram registadas pelo valor contabilístico que as mesmas tinham no balanço consolidado da Ageas Insurance International.

Neste sentido e de forma a garantir que este valor contabilístico não era, na data da transação, superior ao respetivo justo valor, o Conselho de Administração realizou avaliações das Companhias, com base nos respetivos orçamentos a 3 anos, devidamente aprovados, considerando uma taxa de crescimento de longo prazo de 2% e uma taxa de desconto de 11,6% para o negócio vida e de 10,0% para o negócio não vida. Em resultado desta avaliação foi concluído que o valor de balanço não excedia o justo valor das participações adquiridas.

Adicionalmente, foi obtido o Relatório de Revisor Oficial de Contas independente nos termos do artigo 28.º do Código das Sociedades Comerciais.

A Sociedade encontra-se dispensada da apresentação de contas consolidadas uma vez que é detida a 100% pela Ageas Insurance International, que prepara contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, procedendo à sua publicação na União Europeia. Como condição à dispensa de consolidação, as demonstrações financeiras consolidadas da Ageas Insurance International serão traduzidas para Português e publicadas no site da Sociedade.

### **Nota 5 – Outras contas a receber**

O valor registado a receber no montante de Euro 13.719.000, corresponde a valores a reembolsar pela AXA S.A., no âmbito da compra das participações das empresas do grupo AXA em Portugal, ocorrida em Abril de 2016, conforme referido na nota 4.

### **Nota 6 – Caixa e depósitos bancários**

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

### **Nota 7 – Capital, reservas e resultados transitados**

#### **Capital**

Em 31 de dezembro de 2016, o capital da AGEAS PORTUGAL HOLDINGS no montante de Euro 1.570.000, encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.570.000 ações de valor nominal Euro 1 cada.

No ano de 2016, o capital social da AGEAS PORTUGAL HOLDINGS foi aumentado conforme segue:

Data	Natureza das ações	Valor nominal €	Nº ações	Subscrição	C/ Prémio de emissão em dinheiro	C/ Prémio de emissão em espécie	Total do aumento	Total capital	Total Prémios de emissão
13-10-15	Nominativas	1	50.000	Dinheiro	0	0	50.000	50.000	0
01-04-16	Nominativas	1	1.000.000	Dinheiro	199.000.000	0	200.000.000	1.050.000	199.000.000
29-06-16	Nominativas	1	420.000	Dinheiro	83.580.000	0	84.000.000	1.470.000	282.580.000
29-12-16	Nominativas	1	100.000	Espécie	0	600.072.709	600.172.709	1.570.000	882.652.709

Os acionistas da AGEAS PORTUGAL HOLDINGS, S.G.P.S., S.A são como segue:

	Nº ações	% participação
Ageas Insurance International, N.V.	1.570.000	100

### **Nota 8 – Estado e outros entes públicos**

A AGEAS PORTUGAL HOLDINGS determinou a carga fiscal do ano com base numa taxa de imposto de 22,5% (taxa nominal de 21% mais 1,5% de derrama municipal).

As declarações de autoliquidação da Sociedade ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, o qual é alargado para cinco anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Sociedade que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

### **Nota 9 – Outras contas a pagar**

Em 31 de dezembro de 2016, o valor de Euro 18.450, respeita ao acréscimo de custos relacionados com, i) 6.150 relativo a honorários, incluindo IVA, a faturar pela KPMG & Associados - SROC, S.A., por serviços de auditoria, e ii) Euro 12.300 por honorários a faturar pela sociedade de revisores oficiais de contas PKF

## Nota 10 – Transações com partes relacionadas

Balço								Eur
	Ageas Seguros	Ageas Vida	Ocidental Seguros	Millenniumbcp Ageas	Ocidental Vida	Médis	Ocidental Pensões	Total
Participações financeiras	112 536 400	132 212 531	77 754 208	440 954 359	-	81 464 142	-	844 921 640
Acionistas/sócios	14 493	14 835	8 700	-	47 995	9 141	1 484	96 648
<b>Total ativo</b>	<b>112 550 893</b>	<b>132 227 366</b>	<b>77 762 908</b>	<b>440 954 359</b>	<b>47 995</b>	<b>81 473 283</b>	<b>1 484</b>	<b>845 018 288</b>

Demonstração de resultados								Eur
	Ageas Seguros	Ageas Vida	Ocidental Seguros	Millenniumbcp Ageas	Ocidental Vida	Médis	Ocidental Pensões	Total
Vendas e serviços prestados	11 783	12 061	7 093	-	39 020	7 432	1 207	78 596
<b>Total rendimentos</b>	<b>11 783</b>	<b>-</b>	<b>7 093</b>	<b>-</b>	<b>39 020</b>	<b>7 432</b>	<b>1 207</b>	<b>78 596</b>

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado para transações similares

## Nota 11 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e reflectem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos da Sociedade são os seguintes:

### Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

### Devedores, Credores e Outras contas a receber e a pagar

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Os activos e passivos financeiros da Sociedade registados ao custo amortizado são como segue:

		2016		2015	
Activos e passivos financeiros ao custo amortizado	Níveis	Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Caixa e depósitos bancários	1	25 525 688	25 525 688	50 000	50 000
Outros activos financeiros ao custo amortizado	3	13 815 648	13 815 648	-	-
		<b>39 341 336</b>	<b>39 341 336</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	18 451	18 451	-	-
		<b>18 451</b>	<b>18 451</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

De acordo com o IFRS 13, os ativos e passivos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

## Nota 12 – Gestão de riscos

A AGEAS PORTUGAL HOLDINGS dedica-se à gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas, e assumir riscos é intrínseco à forma como a empresa cria valor para os seus acionistas e participadas. O seu objetivo é, por conseguinte, assegurar que os riscos inerentes à sua atividade possam ser identificados e geridos de uma forma eficaz, dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A AGEAS PORTUGAL HOLDINGS assume que uma boa gestão de risco é a chave para garantir um crescimento rentável e sustentável e, consequentemente, que é uma competência nuclear.

### Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da AGEAS PORTUGAL HOLDINGS está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

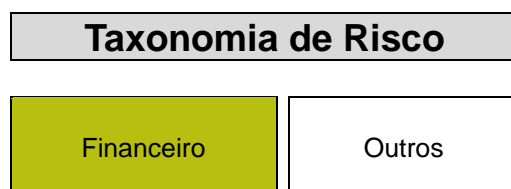
A gestão de risco na AGEAS PORTUGAL HOLDINGS está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados.

A função de gestão de risco na AGEAS PORTUGAL HOLDINGS está centralizada no *Chief Financial Officer* (CFO).

### Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação, avaliação, monitorização e reporte de riscos, dentro da AGEAS PORTUGAL HOLDINGS a identificação dos riscos é realizada através da estrutura da taxonomia definida no regulamento da Taxonomia de Risco.

Para a AGEAS PORTUGAL HOLDINGS os Riscos Financeiros e Outros Riscos são os que lhe estão inteiramente ligados:



Os riscos financeiros são quantificados dentro dos requisitos do Pilar I do Solvência II e os Outros riscos são quantificados sob os requisitos do Pilar II do Solvência II.

Todos os riscos são geridos por via de um dos processos chave: o Key Risk Reporting (KRR). O KRR é um processo que contribui para a elaboração e implementação da resposta adequada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente na realização dos objetivos estratégicos da AGEAS PORTUGAL HOLDINGS.

## **Riscos Financeiros**

### Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

O *Risco Financeiro* decorre do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados *Riscos de Mercado* ou de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado de devedores ou contrapartes de ativos de investimentos denominado *Risco de Incumprimento*.

O modelo de governo relacionado com os *Riscos Financeiros* na AGEAS PORTUGAL HOLDINGS está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da AGEAS PORTUGAL HOLDINGS aprova a Estratégia de Investimento;
- As decisões de investimento na AGEAS PORTUGAL HOLDINGS são da responsabilidade do *Chief Financial Officer* e do Departamento de Investimentos. Para além disso o *Chief Financial Officer* tem responsabilidades na gestão dos riscos financeiros, as quais são delegadas no Comité de Risco e no Comité de Investimentos (CI);
- O Departamento de Gestão de Riscos e Atuariado:
  - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de riscos financeiros da AGEAS PORTUGAL HOLDINGS;
  - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e ao *Chief Financial Officer*;
  - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e regulamentos relevantes;
  - Apoia medidas (incluindo a mitigação do risco) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos – *Apetite ao Risco*;
- A Função de Investimentos:
  - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
  - Desenvolve a estratégia de investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco e a SAA. Caso a responsabilidade seja delegada a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores de ativos, monitorizando a relação com o F&C Portugal, as suas decisões e ações, por forma a maximizar o retorno;
  - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo CI/Comité de Risco ou por supervisores locais.
- O Comité de Risco:
  - É responsável pela recomendação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.
- O Risk Officer tem como principais funções:
  - Propor os limites do apetite ao risco bem como as restrições aos riscos agregados;
  - Emitir parecer sobre a adequação dos regulamentos de risco;
  - Integrar os Comité de Risco/Comité de Investimentos;
  - Dar parecer sobre a estratégia global anterior à aprovação pela Comissão Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de *Riscos Financeiros* na AGEAS PORTUGAL HOLDINGS é construída em torno de quatro elementos principais:



### Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da AGEAS PORTUGAL HOLDINGS estão divididos nas seguintes categorias:



### *Risco de Incumprimento*

O *Risco de Incumprimento* reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o Risco de *Spread* e do *Risco de Incumprimento*, a Taxonomia de Risco da AGEAS PORTUGAL HOLDINGS foi elaborada por forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

### *Riscos de Mercado*

Os ativos e passivos da AGEAS PORTUGAL HOLDINGS são geridos com o objetivo de maximizar valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a AGEAS PORTUGAL HOLDINGS contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, *spreads*, ações, etc. O risco de perda ou de provocar alteração da situação financeira resultante, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na AGEAS PORTUGAL HOLDINGS como *Risco de Mercado*.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada pela AGEAS PORTUGAL HOLDINGS para reduzir o risco de mercado, e, por conseguinte, são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do *Risco de Mercado*, o *Risco de Câmbio* surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos.

Qualquer ativo financeiro está expresso numa moeda específica e o risco de câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência da AGEAS PORTUGAL HOLDINGS (Eur).



A AGEAS PORTUGAL HOLDINGS definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto.

### **Outros Riscos**

Os Outros riscos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da AGEAS PORTUGAL HOLDINGS, em cumprir o seu plano de negócios atual, e, ainda, de se posicionar para o contínuo crescimento e criação de valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, incluindo o ambiente regulamentar e económico, no panorama competitivo ou no ambiente geopolítico.

## **Nota 13 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas**

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor, e que a Sociedade aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

### **IFRIC 21 – Taxas**

O IASB emitiu esta interpretação em 20 de Maio de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta interpretação foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de Junho.

Esta nova interpretação define taxa (“levy”) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com a legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

### **Melhoramentos às IFRS (2011-2013)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduziram alterações com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014, às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Janeiro de 2015).

- IFRS 1 – Conceito de “IFRS efectivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

- IFRS 3 – Excepções ao âmbito de aplicação para *joint ventures*

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3 a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal excepção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

- IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – excepção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma excepção para mensurar o justo valor de grupos de activos ou passivos numa base líquida. O objectivo desta alteração consiste na clarificação que a excepção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de activo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

- IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.

O objectivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um activo, de um grupo de activos ou de uma concentração de uma actividade operacional abrangida pela IFRS 3.

A Sociedade não registou qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras em resultado destas melhorias.

A Sociedade decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações adoptadas pela União Europeia:

*IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados*

O IASB emitiu, em 21 de Novembro de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efectuadas pelos empregados ou por terceiras entidades ligadas aos serviços, exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efectuadas por empregados ou por terceiras entidades ligadas ao serviço, que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

*Melhoramentos às IFRS (2010-2012)*

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduzem alterações com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Fevereiro de 2015).

- IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (“vesting”)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição” (“vesting”) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Acções, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da “condição de aquisição”, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

- IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais

O objectivo da alteração visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um activo ou passivo não-financeiro.

- IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos activos dos segmentos reportáveis e os activos da empresa

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os factores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis para o total dos activos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39, não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor actual de uma conta a receber ou a pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- IAS 24 – Transacções com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP), quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora, como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

#### *Melhoramentos às IFRS (2012-2014)*

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014, introduzem alterações com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

- IFRS 5 Activos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um activo (ou um grupo em descontinuação) directamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados

As alterações à IFRS 7 clarificam, adicionando orientação de aplicação adicional, quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das emendas à IFRS 7 na compensação de activos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em Dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de activos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

- IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado activo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

- IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações “em outras partes do relatório financeiro intercalar”

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco), que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos, e ao mesmo tempo, que as demonstrações financeiras intercalares.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

#### *IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas*

O IASB emitiu em 12 de Agosto de 2014 alterações à IAS 27, com data efectiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de Dezembro de 2015.

A Sociedade ainda não tomou qualquer decisão sobre uma eventual adopção esta opção nas suas contas.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Sociedade

*IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)*

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado; justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI); e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio, cujo objetivo seja deter o ativo com vista a receber os fluxos de caixa contratuais, e os termos dos seus fluxos de caixa dêem lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados por tais investimentos são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os activos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “a deter até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um activo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito ter aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificado o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

A Sociedade iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das actividades da Sociedade, não é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade.

#### *IFRS 15 Rédito de contratos com clientes*

O IASB emitiu em Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adopção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Sociedade não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras decorrente da adopção desta norma.

#### *IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias*

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adopta pela primeira vez as IFRS e tem actividade com tarifa regulada.

A presente norma não é aplicável à Sociedade.

#### *IFRS 16 - Locações*

O IASB emitiu em 13 de Janeiro de 2016 a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A sua adopção antecipada é permitida desde que adoptada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 remove a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de activos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto decorrente da aplicação desta norma.

#### *Outras alterações*

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicável aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“*Bearer Plants*”) (emitida em 30 de Junho e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de Novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de Dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de Maio e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de Novembro);
- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28: Entidades de Investimento: Aplicação da excepção de consolidação (emitida em 18 de Dezembro);
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de Dezembro).

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.